

Indicadores de Saneamento Básico para a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros

Este informativo é resultado da análise de indicadores relativos a três componentes dos serviços de saneamento básico: abastecimento público de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. As informações são apresentadas para a Região Geográfica Intermediária RGIInt de Montes Claros¹ e são provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) para 2010, 2014 e 2018.

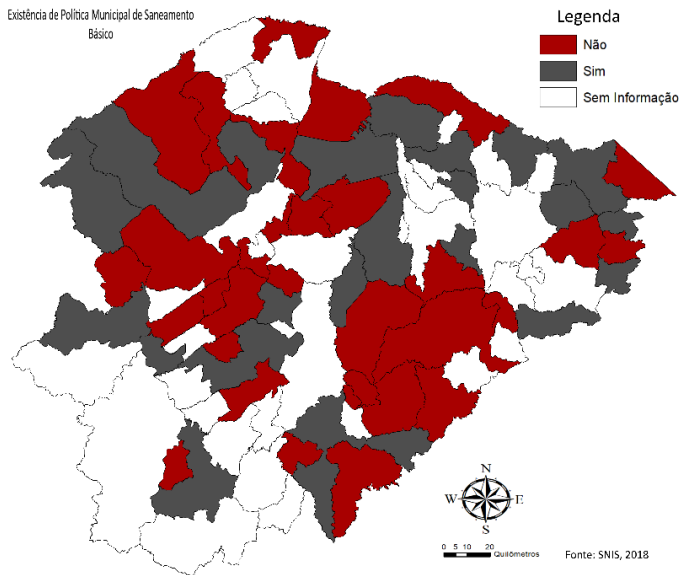
Embora seja reconhecida a relevância e a consolidação do SNIS como fonte de dados do setor de saneamento básico no Brasil, é importante destacar que seus dados possuem deficiências importantes, como ausência de informações e inconsistências temporais, que limitam as análises e, por conseguinte, dificultam o diagnóstico situacional dos serviços. Os dados do SNIS são fornecidos pelos próprios prestadores de serviço de saneamento por meio eletrônico. Observam-se erros de preenchimento que não são captados pelos testes de consistência do sistema e variações na amostra, o que exige cautela e análises ainda mais criteriosas das informações disponíveis.

O planejamento do setor de saneamento básico a nível municipal é fundamental para a expansão da cobertura e qualidade dos serviços. A Lei do Saneamento (Lei Federal no 11.445/2007) previu dois instrumentos fundamentais de gestão a serem implementados pelos municípios brasileiros: a Política Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Os mapas 1 e 2 ilustram as condições gerais dos municípios da RGIInt de Montes Claros quanto à existência da política e dos planos municipais de saneamento básico. Observa-se que, em 2018, dos 86 municípios da Rgint, somente 21 declararam possuir a política (24,4%) e 26, o plano municipal de saneamento básico (30,2%) PMSB, percentuais inferiores à média estadual, que era de 30,7% e 41,6% respectivamente. Adicionalmente, somente 22,1% declararam contar com ambos instrumentos de planejamento.

¹ Os seguintes municípios pertenciam à Rgint de Montes Claros: Berizal, Bocaiúva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poçoões, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Janaúria, Japonvar, Jequitaiá, Joaquim Felício, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia.

Mapa 1: Existência de Política Municipal de Saneamento Básico - RGInt de Montes Claros - 2018



Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi calculado com base na variável *O município possui Política Municipal de Saneamento Básico conforme a Lei 11.455/2007?* (PO001). Na base de dados do SNIS havia informações para 61,6% (53) dos municípios da RGInt.

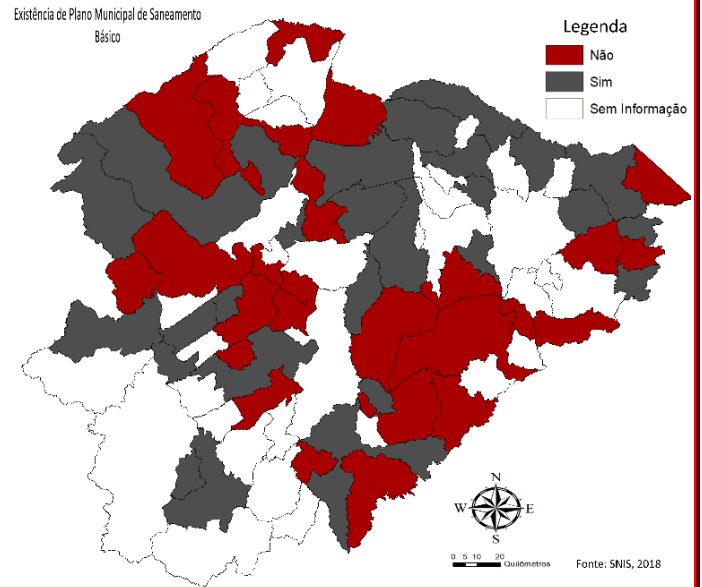
O mapa 3 apresenta a situação da cobertura de rede de abastecimento público de água na RGInt de Montes Claros. Dos 86 municípios, em 73,2% o serviço de abastecimento era provido pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); em 13,9%, pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Copanor); em 8,3%, por serviços autônomos de água e esgoto e pelas prefeituras. Para 4,6% dos municípios não havia informações.

De acordo com o SNIS, em 2018, 93,3% da população residente nas áreas urbanas da RGInt contavam com rede de abastecimento público de água, proporção praticamente idêntica à média estadual (93,4%). Em 2010 e 2014, os percentuais eram de 97,2% e 96,8².

Em 2018, 31,3% dos municípios da Rgint possuíam cobertura urbana universalizada de água: Berizal, Buritizeiro, Cônego Marinho, Espinosa, Fruta de Leite, Glaucilândia, Ibiracatu, Luislândia, Mato Verde, Miravânia, Monte Azul, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos d'água, Pirapora, Porteirinha, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, São João da Lagoa, São João do Paraíso, Serranópolis de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Varzelândia. Aqueles com os percentuais mais baixos eram Coração de Jesus (67,8%) e Ubaí (68,6%). Para os municípios de Gameleiras, Guaraciama, Lassance e Mamonas não havia informações na base de dados.

² No caso específico dos municípios atendidos pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa/MG), a partir de 2014, a empresa realizou uma revisão da população atendida pelo serviço de abastecimento de água no estado. Ela passou de 12,2 milhões de habitantes atendidos, em 2014, para 11,2 milhões, em 2015 – queda de mais de um milhão de pessoas. No entanto, o SNIS não alterou o total de população urbana utilizada nos denominadores dos indicadores, o que contribuiu para as quedas dos valores de cobertura a partir de 2014.

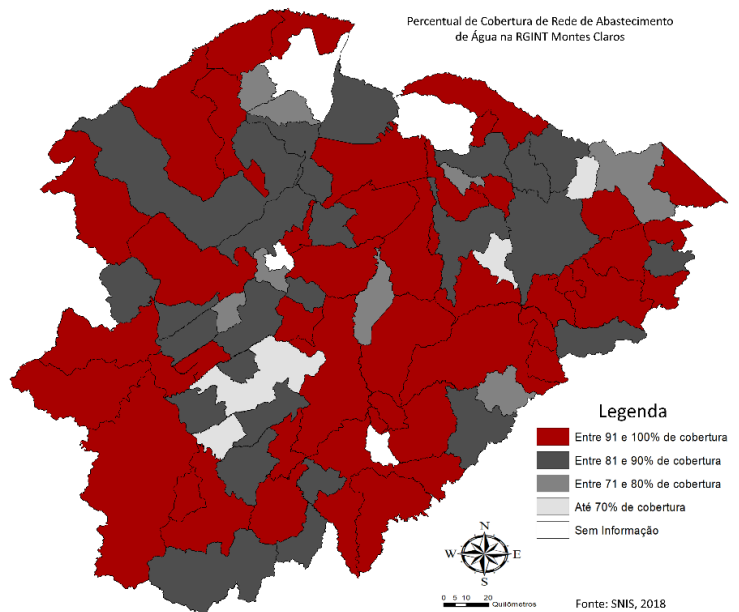
Mapa 2: Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico - RGInt de Montes Claros - 2018



Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi calculado com base na variável *O município possui Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado nos termos da Lei 11.455/2007?* (PO028). Na base de dados do SNIS havia informações para 61,6% (53) dos municípios da RGInt.

Mapa 3: Cobertura da população urbana por rede de abastecimento de água – RGInt de Montes Claros - 2018



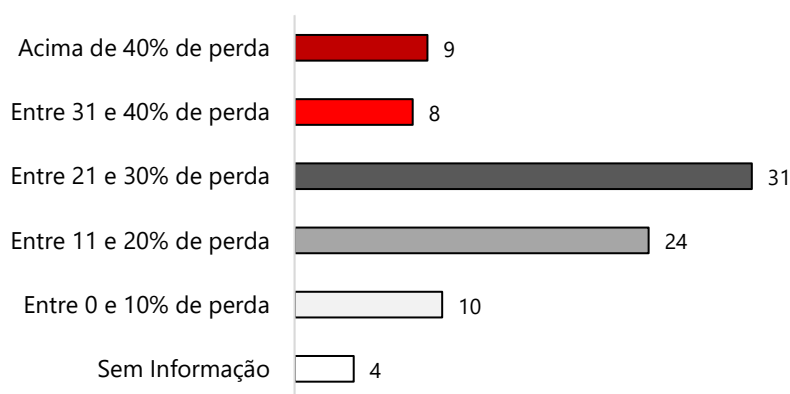
Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi coletado diretamente do SNIS e é denominado *índice de atendimento urbano da água* (IN023).

O mapa 4 mostra a situação da perda de água na rede de distribuição; o gráfico 1, a quantidade de municípios por percentual de perdas. Em geral, as perdas de água nas redes de distribuição são ocasionadas por vazamentos, falta de hidrômetros ou erros de mediação, por ligações clandestinas ou mesmo roubo de água. As perdas de água trazem consequências negativas para a população, o meio ambiente e as operadoras do serviço de abastecimento.

A RGInt de Montes Claros deteve o terceiro menor índice de perdas na distribuição (23,8%) em todo o estado, em 2018, inclusive menor que a média de Minas Gerais (27,7%). Observa-se que nove municípios da RGInt (10,4%) sofriam com perdas iguais ou maiores a 40% da água distribuída. Desse total, 1/3 apresentou perdas superiores a 50%, com destaque para os municípios de Juramento (53,2%) e Santa Fé de Minas (52,2%).

Gráfico 1: Número de municípios por intervalos percentuais de perdas na distribuição de água - RGInt de Montes Claros - 2018



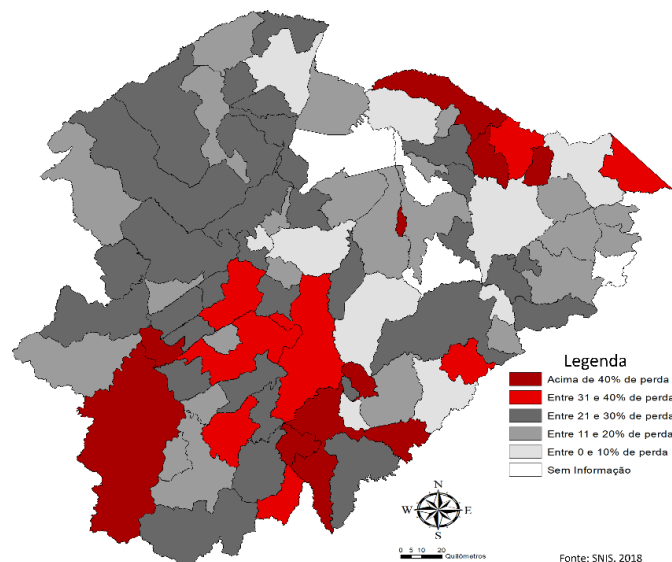
Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi coletado diretamente do SNIS e é denominado *índice de perdas na distribuição* (IN049).

O mapa 5 apresenta a situação da cobertura de rede de esgotamento sanitário na RGInt de Montes Claros. Do total de municípios da RGInt, 43,0% recebiam o serviço pela Copasa; 10,4%, pela Copanor; 6,9%, por serviços autônomos de água e esgoto. Diferentemente do serviço de abastecimento de água, para o de esgotamento sanitário não havia informações na base do SNIS para 39,5% dos municípios, fato que compromete as estatísticas de cobertura.

Em 2018, em torno de 42,7% da população urbana da RGInt era atendidos por rede de esgotamento sanitário – menor percentual entre as RGInt do estado. Em Minas Gerais, a média de cobertura do serviço era de 82,0%. Em 2010, a cobertura desse serviço na RGInt era de 56,5%; em 2014, de 51,9%³.

Mapa 4: Percentual de perdas na distribuição de água – RGInt de Montes Claros – 2018

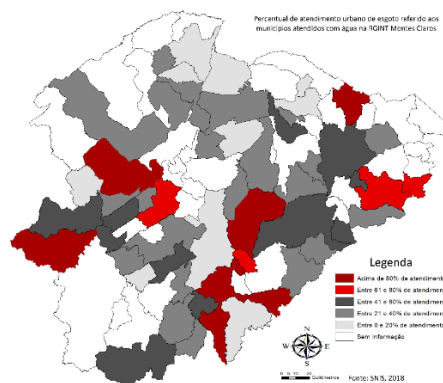


Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi coletado diretamente do SNIS e é denominado *índice de perdas na distribuição* (IN049).

Somente em seis municípios (6,9%) as perdas foram de até 10%. Os menores percentuais de perdas foram registrados em Francisco Sá (3,6%) e Botumirim (8,4%). São João da Lagoa e São João do Pacuí foram os municípios da RGInt sem perda de água na distribuição. Não havia informações na base do SNIS para Jaíba, Padre Carvalho, Porteirinha e Salinas.

Mapa 5: Percentual de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água na RGInt de Montes Claros - 2018

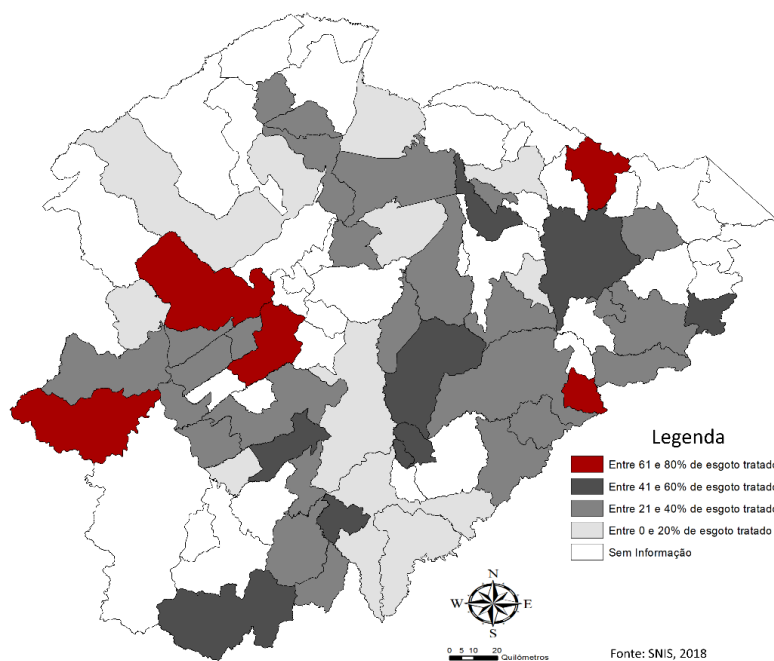


Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi coletado diretamente do SNIS e é denominado *índice de atendimento urbano do esgoto referido aos municípios atendidos com água* (IN024).

Do total de municípios, 34 tinham menos de 50% de sua população urbana residindo em domicílios com rede coletora de esgoto. De acordo com o SNIS, em 2018, o único município com 100% de cobertura de esgotamento sanitário era Santa Cruz de Salinas. Em seguida estavam Bocaiúva (93,0%) e Montes Claros (87,6%). As menores coberturas foram observadas em Juvenília (4,5%), Monte Azul (6,1%) e Montalvânia (7,1%). Os municípios sobre os quais não havia informações no SNIS eram: Berizal, Bonito de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Curral de Dentro, Espinosa, Fruta de Leite, Gameleiras, Guaraciama, Ibiracatu, Itacambira, Japonvar, Jequitaiá, Lassance, Luislândia, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Miravânia, Montezuma, Ninheira, Olhos-d'Água, Pai Pedro, Patis, Pintópolis, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São João das Missões, Serranópolis de Minas, Ubaí, Vargem Grande do Rio Pardo e Verdelândia.

Mapa 6: Percentual de esgoto tratado referido à água consumida – RGInt de Montes Claros - 2018



Fonte: SNIS, 2020.

Nota: Esse indicador foi coletado diretamente do SNIS e é denominado *índice de esgoto tratado referido à água consumida* (IN046).

Além da baixa cobertura do serviço de esgotamento, a RGInt contava com pequeno percentual de tratamento de esgoto em relação ao volume de água consumido (33,6%). Ou seja, do total de esgoto gerado (registrado na base de dados), somente 1/3 havia recebido tratamento. Pelo mapa 6, verifica-se a distribuição dos percentuais de tratamento de esgoto referido à água consumida. Observa-se que 41,9% dos municípios da RGInt possuíam menos de 40% de esgoto tratado em relação à água consumida, e 16,3% apresentaram percentual acima de 40%. Os maiores percentuais de tratamento foram observados em Montes Claros (79,3%), Santa Cruz de Salinas (74,1%) e Santo Antônio do Retiro (67,5%). Em Bocaiúva não havia tratamento de esgoto.

Não havia informações no SNIS para Serial, Bonito de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Curral de Dentro, Espinosa, Fruta de Leite, Gameleiras, Guaraciama, Ibiracatu, Itacambira, Japonvar, Jequitaiá, Lassance, Luislândia, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Miravânia, Montezuma, Ninheira, Olhos d'água, Pai Pedro, Patis, Pintópolis, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São João da Lagoa, São João das Missões, São João do Pacuí, Serranópolis de Minas, Ubaí, Vargem Grande do Rio Pardo e Verdelândia.

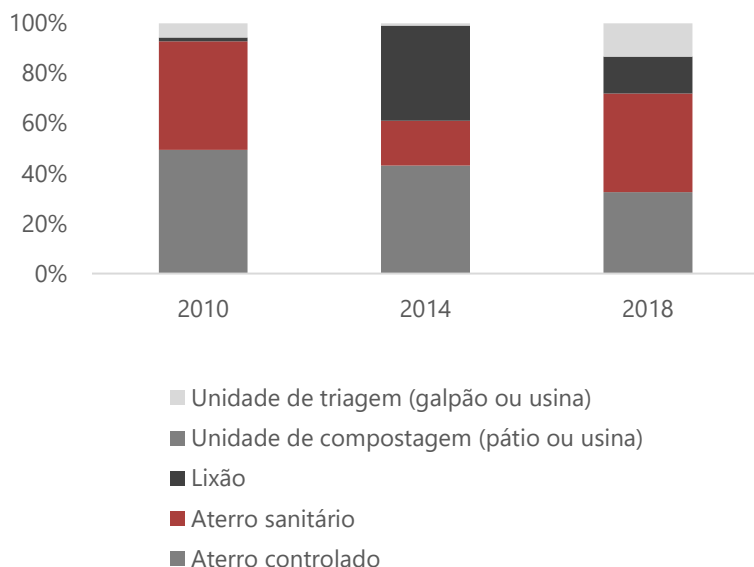
O tratamento do esgoto coletado é fundamental para a diminuição da poluição hídrica nas bacias hidrográficas e, por conseguinte, para a melhoria da qualidade da água para consumo.

O gráfico 2 apresenta a evolução percentual da destinação dos resíduos sólidos urbanos nos municípios da RGInt Montes Claros. A destinação final é uma etapa fundamental de seu manejo e sua gestão, quando se leva em consideração a poluição hídrica e dos solos causada por sua destinação inadequada. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010) considera uma destinação final ambientalmente correta a "distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos".

Destaca-se que a gestão dos resíduos de origem doméstica, de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas (RDO) é de responsabilidade do município. Os demais tipos de resíduos, como os perigosos industriais, de serviço de saúde e de construção civil (RPU), são de responsabilidade do gerador, conforme estabelecido na legislação.

De acordo com a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, além dos aterros sanitários, as usinas de triagem e compostagem (UTC) podem ser consideradas modalidades de destinação final ambientalmente adequadas, uma vez que são pensadas para permitir a separação dos resíduos domiciliares (RDO) e resíduos públicos (RPU), o tratamento ou a recuperação das frações orgânicas e recicláveis, além da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, oriundos do processamento dos resíduos.

Gráfico 2: Evolução do percentual do volume de resíduos sólidos urbanos em relação à sua destinação final nos municípios da RGInt de Montes Claros em 2010, 2014 e 2018



Fonte: SNIS, 2018.

Em 2010, 2014 e 2018, os resíduos domésticos (RDO) e públicos (RPU) recebidos pela RGInt de Montes Claros foram gerados na própria RGInt. De acordo com o SNIS, em 2010 somente dez unidades de processamento (83,3%) informaram a quantidade de resíduos recebida, perfazendo um total de 30,2 mil toneladas. Em 2014, havia dados para 69 unidades de processamento (95,8%); em 2018, para 71, totalizando 190,1 mil e 297,9 mil toneladas respectivamente.

Verifica-se que, do total de RDO e RPU gerados em 2010 na RGInt, grande quantidade foi destinada a aterros controlados (49,4%) e aterros sanitários (43,3%). Em 2014, 43,1% dos resíduos gerados na RGInt foram destinados a aterros controlados, seguidos por lixões (38,0%) e aterros sanitários (17,9%). Em 2018, esses percentuais foram, respectivamente, de 32,6%, 14,7% e 39,4%.

Em 2010, o município de Pirapora foi responsável por 49,1% do total de resíduos recebidos pelas unidades de processamento, seguido por Salinas (28,3%) e Buritizeiro (14,4%). Em 2014, Janaúba assumiu a primeira posição na distribuição relativa dos resíduos recebidos: respondeu por 11,3% do total. Monte Azul apareceu em segundo lugar, com 8,9%; Pirapora, em terceiro, com 6,3%. Em 2018, os municípios de Montes Claros (27,6%) e Salinas (12,2%) apareceram como os principais geradores de resíduos para as unidades de processamento da RGInt. Janaúba se destacou em terceiro lugar, com 5,5%, seguida por São Francisco, com 4,6%.

Destaca-se que, em 2010 e 2014, não havia informações no SNIS relativas ao maior aterro sanitário da RGInt de Montes Claros, localizado no município de mesmo nome. Para efeito de ilustração, esse aterro, em 2018, recebeu cerca de 30% do total de resíduos produzidos na RGInt.

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

Núcleo de Indicadores Populacionais

Denise Helena França Marques Maia

Equipe Técnica

Cláudio Jorge Cançado
Denise Helena França Marques Maia
Plínio Campos de Souza

Diagramação

Lívia Cristina Rosa Cruz

Arte Gráfica

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 / 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

NÚCLEO DE INDICADORES POPULACIONAIS

denise.maia@fjp.mg.gov.br

